

Berthold Zilly

*Um depoimento brasileiro para a História Universal—
Traduzibilidade e atualidade de Euclides da Cunha**

Muitos me perguntam por que os alemães se interessam por *Os Sertões*, o que essa *bíblia* da nacionalidade brasileira tem a ver com a curiosidade do leitor europeu, em que medida esse livro tão genuinamente brasileiro pela sua forma e conteúdo pode ser transposto para um outro idioma, ainda mais o alemão, língua não apenas externa ao conjunto neolatino como também alheia à realidade tropical.

Euclides dirigiu-se apenas aos leitores brasileiros? E mesmo que assim fosse, quem eram os seus compatriotas letrados de 1902, ano da publicação do relato de uma guerra civil que se tornou um sucesso estrondoso e um clássico de primeira hora, valendo ao seu autor o ingresso imediato ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à própria Academia Brasileira de Letras? O público desse tipo de literatura erudita era imbuído de cultura européia e conhecia mais a antigüidade, o cristianismo, as letras francesas; as ciências modernas, a história e a geografia do Velho Mundo do que o interior do Brasil. O autor, empenhado em revelar a si mesmo e aos seus concidadãos europeizados uma face totalmente ignota da realidade nacional, via-se portanto diante de um problema metodológico e didático: como devia desvendar-lhes os enigmas da natureza, da gente e da guerra do sertão? Tentando explicar o desconhecido através do conhecido, o autor mobiliza inúmeras comparações, alusões, metáforas, metonímias e outras expressões figuradas, todo o arsenal de três mil anos de erudição, retórica e poética ocidentais. Assim, por um desvio pela Europa, Euclides explica parcialmente o sertão: traduz a parte in-côgnita

do Brasil em conceitos e representações ocidentais, dos quais deduz seus parâmetros de comparação e padrões interpretativos.

Assim, além do público letrado do litoral, o autor tinha em mente o público europeu, da época e da posteridade, de modo que *Os Sertões* é daqueles livros que pedem para ser traduzidos, e que, para desdobrar todo o seu riquíssimo potencial de significados, precisam de recriação em outros idiomas. Sempre imaginei Euclides como escritor-orador-encenador da História, num grande anfiteatro, com público brasileiro na platéia, e o público internacional nas galerias, evocando, diante dos nossos olhos, ouvidos e corações, quadros e cenas daquele fascinante projeto social, tragicamente malogrado —que foi Canudos—, graças à sua magia verbal, sensorial e presentificadora. Como tradutor-intérprete, só precisei seguir a atividade tradutória desse historiador poético que procura tornar a guerra no sertão familiar e inteligível aos ouvintes-leitores, mantendo, ao mesmo tempo, a sua estranheza, a sua incomensurabilidade e a sua monstruosidade. Quis, portanto, que a tradução fosse uma espécie de palimpsesto, detrás da qual o leitor alemão pudesse vislumbrar o original tão elucidativo quanto monumental e enigmático.

Talvez o tradutor, como vítima das asperezas do estilo euclidiano, tenha portanto o direito de afirmar que o livro, sob alguns aspectos, não é tão inacessível nem tão predominantemente brasileiro como às vezes se pensa. Pretendo, por mais surpreendente que pareça, deixar de lado aqui as suas inegáveis dificuldades para apontar algumas facilidades, lingüísticas e temáticas, que *Os Sertões* também oferece ao tradutor.

A sua duplicidade —texto científico e poético, com certa predominância deste último aspecto— obriga o tradutor a procurar a máxima exatidão tanto no plano do conteúdo, da informação, das denotações, como também no plano estético, da forma, das conotações. Ora, sabemos que no texto poético a língua não é apenas um veículo para transportar idéias facilmente transferíveis para outro texto em outra língua, mas que a estrutura lingüística e o estilo fazem parte da própria mensagem, que portanto não pode encontrar total equivalência em outro idioma.

A aceitação cada vez mais generalizada deste tipo de raciocínio entre críticos e leitores me ajudou bastante na tentativa de criar em alemão um estilo que

* Este artigo retoma o texto publicado na revista alemã *Humboldt*, 72, 1996: 8-16.

lembrasse o de Euclides, que deixasse transparecer traços formais do original e da própria língua e cultura de partida. Esta é uma noção antiga, retomada e desenvolvida por Walter Benjamin, por Haroldo de Campos e outros, mas alheia a Euclides da Cunha, a quem não se afigurava a idéia de que uma eventual versão francesa, tão desejada por ele, pudesse se aproximar ao seu estilo. Parece que só conhecia, achando-a insuficiente, a concepção da *belle infidèle*, ou seja, da tradução bonita, fiel unicamente às convenções da literatura de chegada, modelo realmente predominante na praxe editorial de muitos países até algumas décadas atrás: “Temo que o meu estilo, algo bárbaro, não se afeiçoe a tão delicado relevo.” Hoje em dia, porém, o leitor culto aprecia um certo efeito de estranhamento, está disposto a submeter-se a períodos insólitos, termos estrangeiros, raros ou arcaicos, metáforas arrojadas, técnicas narrativas polifônicas, o que me permitiu manejar com maior audácia os recursos do alemão, abrisse-o, barbarizando-o um pouco, um pouco só, porque o estilo euclidiano também não é tão bárbaro assim. Tentei, como tradutor, aplicar a definição com que o próprio Euclides, tradutor de uma realidade histórica, caracterizou na nota preliminar, citando Taine, a tarefa do *narrador sincero*: “Il veut sentir en barbare, parmi les barbares, et, parmi les anciens, en ancien”.

O lastro de cultura ocidental

O português de Euclides da Cunha em certa medida é um português tradicional, lusitanizante sobretudo no plano sintático mas também na escolha de muitos vocábulos. Porém, foi sobretudo através do francês, por sua vez marcado pelo latim como língua da erudição, que o saber do mundo chegava ao Brasil até a II Guerra Mundial. Essa ascendência franco-latina deixou traços inconfundíveis no vocabulário, nos conceitos organizadores da realidade, na sintaxe, nas convenções estilísticas das línguas românicas, de sorte que se pode caracterizar, exagerando um pouco, o português dos letrados do fim do século XIX como uma simbiose aporuguesada, abrisse-o, cientificada de quase três milênios de cultura ocidental, na roupagem da latinidade. Esse enorme lastro de erudição, além de constituir um problema, também é uma ajuda para o tradutor mais ou menos familiarizado com esse contexto cultural e com os respectivos códigos.

A denominação do sertão de Canudos como *terra ignota* é um caso limite uma vez que pode ser português latinizado ou latim mesmo, o grifo tornando mais

plausível esta última hipótese. Ora, esse termo eu traduzi por outro latinismo, porém bastante corriqueiro em alemão, ou seja, *Terra incognita*. Retraduzi o termo *levantamento em massa por levée en masse* que mantive em francês na versão alemã para pôr em relevo o vínculo ideológico, embora de certa forma ilegítimo, entre o exército brasileiro de 1897 e as tropas revolucionárias de Carnot no século anterior.

Quanto ao tratamento do Velho Mundo e da sua tradição em *Os Sertões*, podem-se observar dois procedimentos intelectuais complementares: a cultura universal explica o sertão, o que relativiza a sua particularidade enfatizada pelo próprio Euclides; e por outro lado o sertão é integrado por ele na cultura universal, o que desmente a sua preocupada afirmação de que Canudos "era um parêntesis; era um hiato; era um vácuo. Não existia".

Afinidades

Mesmo entre a língua de Goethe e a de Camões há um grande fundo comum de conhecimentos e formas de expressão, o que facilitou a minha tarefa. Para identificar e traduzir as alusões bíblicas, por vezes bastante vagas, reli trechos da tradução de Lutero, ajudado por um dicionário bíblico. Tratados sobre movimentos rurais de caráter religioso na Alemanha me ofereceram muitos vocábulos, por exemplo, os livros de Wilhelm Zimmermann, de Friedrich Engels e de Karl Kautsky sobre a Guerra Camponesa Alemã do século XVI. Ademais, não se deve esquecer que centenas de livros brasileiros já foram traduzidos para o alemão, dos quais alguns tratam também da realidade sertaneja, como *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, *Grande Sertão: Veredas* de Guimarães Rosa, de maneira que vários termos brasileiros já têm tradução consagrada ou foram até incorporados como brasileirismos aos dicionários *Duden* da língua alemã, por exemplo, *sertão* ou *fazenda*.

Por outro lado, Euclides instiga o tradutor a pesquisar e a restaurar possibilidades esquecidas ou ignoradas da língua de chegada, de maneira que me foi possível reavivar numerosas palavras antigas, hoje em desuso, mas perfeitamente inteligíveis no contexto, como, por exemplo, *abkehlen* (degolar), que, parecendo imitar a etimologia do vocábulo português, é um antigo termo de açougueiro desconhecido do grande público porque os assassinos oficialmente autorizados da história alemã praticaram outros métodos de chacina. Parte dos objetos ou práticas, armas, ferramentas, crenças, que se costumam julgar tipicamente

brasileiras ou sertanejas, pertencem simplesmente a uma cultura rural pré-moderna que, de modo parecido, existiu também na Alemanha.

A plasticidade e a pictoricidade da língua alemã, mesmo no discurso científico e técnico, vêm ao encontro da predileção euclidiana por cenários e painéis de intensa visualidade e audibilidade. Em muitos casos a própria formação das palavras em alemão, a tendência deste idioma à palavra composta, que é uma espécie de palimpsesto das etimologias de seus elementos, apóia as intenções estéticas do autor brasileiro. Até certo ponto, embora com menor intensidade, isso também vale para a sintaxe, devido a relativa liberdade na seqüência das palavras em alemão e à freqüente praxe euclidiana de pôr os elementos mais carregados de informação no fim do período, o que é a grosso modo também uma tendência da língua alemã.

Esta muitas vezes oferece a opção entre dois tipos de termos científicos, um de origem latina ou grega, outro de origem germânica; nesses casos geralmente preferi o último, porque além de soar mais poético, é mais evocativo, sugestivo, sensorial. *Cautério*, por exemplo, usado como metáfora do sol e da seca, pode ser traduzido pelo termo erudito *Kauterium*, mas também por várias palavras de origem germânica, das quais escolhi *Brennschere* (tesoura ardente ou queimadora), uma imagem bastante incisiva. *Animalidade primitiva* foi transposto em alemão como *ursprüngliche Tiernatur*, o que é bem mais forte do que *primitive Animalität*, porque *Tiernatur* lembra *Tier* (animal, bicho) e *Natur* (natureza ou índole), e *ursprünglich* lembra *Ursprung* (origem, primórdio, salto primordial).

Hermetismo

Como traduzir os elementos herméticos, opacos, aquilo que tem quase pura função poética, não informativa? A ciência poetizada, como se pode caracterizar o discurso euclidiano, pratica uma dialética entre descobrir e encobrir, explicar e murmurar, elucidar e aludir.

Tentei modificar cautelosamente essa relação complicada entre estranheza e familiaridade rumo a uma maior clareza, tornando a leitura da tradução um pouco menos árdua do que a do original; mantive, porém, muitos brasileirismos e muitos latinismos, estes últimos parecendo em alemão mais estranhos do que em português. Eliminei algumas obscuridades, em que não vi muita poeticidade, por exemplo, a referência vaga de alguns pronomes pessoais ou umas perífrases

demasiadamente rebuscadas, como a seguinte que evoca o retirante flagelado pela seca: “(...) e lá se vai ele no êxodo penosíssimo para a costa (...) para quaisquer lugares onde o não mate o elemento primordial da vida”. Resolvi esclarecer este quebra-cabeças numa posição: o tal *elemento* é o sol.

O apêndice de notas, glossário e posfácio permite ao leitor alemão, conforme o uso que dele faz, duas leituras, uma mais erudita, esclarecendo a maior parte das dúvidas lexicais, outra mais poética, deixando muitos vocábulo e nomes inexplicados.

Retórica do sublime

O livro tem muitos elementos da eloquência pública. Mobiliza, para comover e convencer, todo um arsenal de meios retóricos tradicionais, clássicos e barrocos, anterior ao Modernismo e já na época um pouco antiquado. Na verdade, em *Os Sertões* se cruzam duas atitudes em relação à escrita, apontadas por Jorge Luís Borges em outro contexto: o livro como substituto da palavra falada, da tradição grega e romana – o livro como monumento eterno, da tradição bíblica. E dentro da retórica ele se enquadra na vertente do sublime, com forte tendência para o *pathos* e o sarcasmo, um nível estilístico elevado à altura da tragédia e da epopéia. O sublime como categoria estética foi, como constatou a filósofa alemã Christine Pries, redescoberto e revalorizado nas últimas décadas por pensadores tão diversos como Adorno e Lyotard, porque dá espaço ao incomensurável, ao desmedido, ao irracional, ao horroroso, ao esmagador, ao entusiasmante, ao majestoso, ao indizível, ao paradoxo, àquilo que não cabe dentro das coordenadas vigentes do entendimento, do gosto e da ética. É uma sensação contraditória que faz jus à pluralidade, à heterogeneidade, à complexidade do mundo atual, mobilizando e desafiando o esforço conjunto da fantasia e da razão crítica, da poesia e da ciência. É um registro híbrido que permite a tomada de partido em favor do diferente, do outro das culturas derrotadas, mas também pode ser objeto de abuso por parte de ideologias autoritárias e obscurantistas.

É uma linguagem que dignifica o sertão, aquela terra singular no *fim do mundo*, o faz entrar no imaginário mundial das paisagens histórico-literárias, junto às planícies de Tróia, aos desertos da Iduméia, às charnecas da Bretanha, nobilita os rudes jagunços, esfarrapados e anônimos, e os equipara aos heróis de Homero, da Bíblia e de Victor Hugo. Esse tipo de revalorização de populações esquecidas e vitimadas pela modernização encontra na Alemanha, de uns

trinta anos para cá, uma crescente receptividade, que começou no movimento estudantil dos anos 60.

Autocrítica da civilização

O desejo do autor de ver seu livro traduzido ao francês não se deve apenas à preocupação com a glória literária, mas tem na verdade razões mais significativas, porque corresponde a intenções estéticas e morais da própria obra. Esse libelo contra um ato bárbaro da Civilização se dirige a toda a humanidade civilizada.

A boa acolhida, junto à crítica, das últimas traduções do livro, da francesa de 1994, deve-se parcialmente à atualidade de muitos dos seus temas e pontos de vista num mundo caracterizado, de alguns anos para cá, por recrudescimento espantoso da barbárie, praticada freqüentemente em nome de altos valores civilizatórios, da modernidade, do progresso, da democracia, do direito internacional, do socialismo, da nação, da autodeterminação, da liberdade, da justiça, da identidade cultural. Basta citar alguns nomes: Chiapas, Guatemala, Afeganistão, Golfo Pérsico, Ruanda, Bósnia, Chechênia e, ultimamente, Daguestão. Canudos, pelos mais diversos motivos, assombrosamente se repete. O breve otimismo de muita gente depois do colapso do comunismo cedeu lugar a um profundo pessimismo quanto à capacidade ou disposição de nações, etnias, classes e indivíduos para resolver ou neutralizar seus conflitos sem uso da violência, conforme regras consensuais, de maneira mais ou menos civilizada. *Os Sertões* apresenta um tipo de *clash of cultures* que é infelizmente mais freqüente do que nunca: o impacto entre grupos atrasados, muitas vezes rurais, cultural e religiosamente tradicionais, fundamentalistas, periféricos, de um lado, e do outro, a civilização moderna, racional, secularizada e globalizadora que os atropela com brutalidade e arrogância.

Como observador cético do homem civilizado, Euclides assustou-se com aquilo que o filósofo alemão Günther Anders chamou de *caráter antiquado do homem*, ou seja, a sua organização mental inadequada para lidar de modo responsável com as ciências e tecnologias modernas, perigosas por sua capacidade altamente destrutiva. "A animalidade primitiva, lentamente expungida pela civilização, ressurgiu, inteiriça. Desferrava-se afinal. Encontrou nas mãos, ao invés do machado de diorito e do arpão de osso, a espada e a carabina", frase que se refere aos militares, ao passo que os jagunços são quase desculpados por legítima defesa numa guerra vista como conflito colonial: "O sertanejo defendia

o lar invadido, nada mais (...), adstrito à preocupação digna da defesa e ao nobre compromisso da desforra”.

É grande o ceticismo do autor em relação ao legado da Ilustração. Satiriza com sarcasmo a comemoração do assalto à Bastilha que o exército degolador encenou em Canudos a 14 de julho de 1897. Vê claramente que o fanatismo e o misticismo não estavam só do lado dos jagunços, mas também do lado dos civilizados, empenhados numa guerra veladamente religiosa, o que lembra a definição que Eric Hobsbawm faz das guerras européias do século XX, envolvendo populações inteiras, cegamente apaixonadas, fanatizadas, visando à aniquilação completa da população inimiga. Outro aspecto moderno é a eficiente propaganda belicista contra o inimigo desconhecido no sertão, largamente orquestrada por uma imprensa que apregoava o ódio desenfreado, apoiada por jornais estrangeiros, inclusive alemães. As guerras coloniais na época clássica do imperialismo talvez tenham prefigurado os horrores e as bestialidades das duas guerras mundiais na Europa e no mundo.

Revisão do heroísmo

Para Euclides, a guerra portanto é a prática mais chocante da Civilização. Esvaem-se logo duas ilusões, aquela sobre a guerra civilizada, que respeitaria certas regras éticas, a vida dos não-combatentes e dos prisioneiros, e a ilusão sobre o caráter heróico e grandioso da guerra, inspirada na poesia e na epopéia. A simbiose entre guerra e literatura é tão antiga quanto a própria literatura, como também é antiga a simbiose entre a guerra e a glória e o heroísmo. Alexandre, dito o Grande, sempre levava um exemplar da *Iliada* consigo, uma espécie de arma moral. Parece que foi eficaz. Um livro contra a guerra também o seria?

A inépcia e a selvageria do exército privam o escritor do prazer de seguir essas convenções heróicas, ainda presentes no romance trágico de Victor Hugo, de 1873, sobre um episódio da Revolução Francesa, a Vendéia, intitulado *Quatre-vingt-treize* (1793), uma das fontes literárias de *Os Sertões*. Contra as suas próprias prevenções, o narrador sincero é obrigado cada vez mais a uma reavaliação dos adversários e a uma inversão dos seus atributos: os jagunços acabam sendo os heróis, e os militares predestinados ao heroísmo acabam sendo assassinos, além de serem maus profissionais. Quando o autor não apenas denuncia os crimes de guerra, mas denuncia a própria guerra como um crime, parece intervir num debate atualíssimo na Alemanha.

A História como memória e tribunal

O principal compromisso de Euclides não é com a ciência nem com a poesia, mas é com a verdade, com a preservação da memória, com a história, com a justiça. Ele fala, de modo apaixonado e persuasivo, aos brasileiros e à humanidade como professor, advogado, orador fúnebre, num discurso de pesquisa e instrução, de defesa e acusação, de luto e glorificação.

A sua visão da história está intimamente ligada aos aspectos jurídicos do livro, que inicia uma espécie de processo em que o autor desempenha os papéis de testemunha, de perito, de advogado, de defesa, de acusador e de juiz. Talvez o de acusador seja o mais importante, por que se trata de um livro *vingativo e de ataque*, nas palavras do autor. Além de ser ocasionalmente o acusador dos jagunços, Euclides é, antes de tudo, o seu defensor e portanto o acusador do exército, do governo, da Civilização, quase um procurador geral da História –com maiúscula–, porque esta é a suprema instância da humanidade depois da morte de Deus.

Na verdade, há dois processos: o já mencionado, movido por Euclides contra a Civilização, em nome de valores básicos dela mesma, como a inviolabilidade da vida humana e o Estado respeitador das leis; e outro processo movido pela Civilização, representada pelo governo e pelo exército, contra o povo de Canudos, que, expulso pela sociedade moderna, se retirou ao semideserto para realizar um projeto social-religioso alternativo, pelo que é condenado a morte sem ser ouvido.

São estupendos os paralelos entre este último processo e O Processo de Kafka, não só pela semelhança entre o suplício bárbaro e ilegal de Josef K. e o dos jagunços, ambos trucidados à faca, mas também pelo anonimato da maquinaria *jurídica* repressiva e pela ignorância total dos termos da acusação por parte dos réus. Em Kafka, o acusado é uma pessoa só, funcionário de classe média, membro até então honrado da sociedade de um país adiantado, enquanto o acusado em Euclides é uma comunidade, oriunda das classes subalternas de uma região marginalizada de um continente periférico. Mesmo assim, Josef K. e os jagunços são parentes colaterais diante de uma pseudojustiça cega, invisível, burocrática e prepotente. Nos dois *processos*, um padre tem um papel duvidoso, conivente da *justiça* assassina.

O brado contra o esquecimento também é um brado contra a impunidade. Como a justiça brasileira nem acusou e muito menos condenou os militares

e políticos criminosos, estes pelo menos devem ser julgados pelo tribunal da História. Os culpados achavam que em Canudos “não havia temer-se o juízo tremendo do futuro. A História não iria até ali”. Graças a *Os Sertões* ela vai até ali. Se não é possível evitar o crime, pelo menos é preciso evitar que seja esquecido e que os culpados escapem à única pena que pode ser infringida aos vencedores imediatos da História: a vergonha universal para todos os tempos.

Porém, não há uma clara linha divisória entre culpados e inocentes. O autor, a oficialidade, o leitor são representantes das elites e da Civilização abrangidos pelo mesmo pronome da cumplicidade: *nós*. O panfleto contra o governo portanto é também uma auto-acusação do autor e da nação brasileira, com efeito catártico, que em parte explica o sucesso do livro.

Será que o leitor alemão da época ou de hoje pode se subtrair a este nós? Dificilmente. Desde o início, o autor deixa bem claro que o governo e o exército brasileiros agiram também como “mercenários inconscientes” da Europa, “armados pela indústria alemã”. E sabemos que o envolvimento culposo de países europeus, que se consideram altamente civilizados, em guerras de extermínio é de uma escandalosa atualidade.

A História é apresentada como trágica, repleta de infelicidades, infâmias e catástrofes, um imbrincamento de progressos e retrocessos marcados por hecatombes. Essa visão do processo histórico como terrível de painel de egoísmo, cegueiras e violências tem algo de Hegeliano, uma semelhança que acentuei um pouco escolhendo entre os possíveis correspondentes de *matadouro*, metáfora para o teatro da guerra no sertão, o termo *Schlachtbank*, aludindo à famosa metáfora da história na *Filosofia da História*. O filósofo alemão também afirma que “a História Universal é o Juízo Universal”, idéia bastante euclidiana, embora Hegel em última análise justifique as violências e infelicidades na História como sacrifícios necessários, pois apesar de tudo ele a considera o palco do progresso na consciência da liberdade. Ai Euclides é mais cético, hesitando, por exemplo, em justificar a destruição de Canudos como sacrifício necessário, ainda que lhe pareça um “esmagamento inevitável”. Prefere chamá-la “um refluxo para o passado” e “um crime”, um crime dos civilizados. Para ele a História só tem algum sentido quando representa a memória da humanidade e faz justiça, pelo menos simbólica e postumamente, graças ao seu órgão privilegiado que é a literatura, a crônica poética do narrador sincero. O juízo do autor sobre a guerra de Canudos, sendo provisório, o verdadeiro tribunal da História é a

posteridade, personificada nos leitores e historiadores do mundo civilizado, brasileiros e outros. Faz parte desse júri também o leitor alemão de 1996.

Resumo: (*Um depoimento brasileiro para a História Universal – Traduzibilidade e atualidade de Euclides da Cunha*) O artigo consiste numa reflexão que começa com o relato sobre a inspiração, dificuldades e alternativas que o seu autor deparou-se ao traduzir a principal obra euclidiana ao alemão. Traduzibilidade e atualidade são os parâmetros do empreendimento laborioso que parece querer cumprir a intenção de Euclides da Cunha que desejava a publicação de sua obra na Europa. O ponto do autor – a história como memória e tribunal –, é mostrar como *Os Sertões* levou a “guerra do fim do mundo” do interior brasileiro para a História do Ocidente como uma “autocrítica” da civilização, um protesto contra os seus excessos e crimes, contra as barbáries modernas, como no Golfo Pérsico, na Chechênia, na Bósnia etc.

Palavras-chave: Canudos; *Os Sertões*; memória nacional e universal.

Abstract: (*A Brazilian testimony for Universal History - applicability and actuality of Euclides da Cunha*). The paper consists of a reflection that starts with the report on the inspiration, difficulties and alternatives encountered by the author when translating the Euclides' principal work to German. Applicability and actuality are the parameters of the laborious undertaking that seems to define Euclides da Cunha is intent to have his work published in Europe. The author's issue – history as memory and court– aims to show us how *Os Sertões* led the “war of the end of the world” of the Brazilian interior to the History of the West as a “self-criticism” of the civilization, a protest against its excesses and crimes and against the current barbarities, as the war of the Persian Gulf in 1991, the war in Chechenia, in Bosnia, etc.

Key words: Canudos; *Os Sertões*; National and Universal memory.

Berthold Zilly é professor do
Instituto América Latina da
Universidade Livre de Berlim.

Estudos Sociedade e Agricultura, 9, outubro 1997: 5-15.